

## CRIME DE ÓDIO

# Aras decidirá sobre federalização do caso

PGR diz aguardar fim do inquérito da morte de petista para avaliar pedido da oposição

» LUANA PATRIOLINO  
» JOÃO GABRIEL FREITAS\*

O procurador-geral da República, Augusto Aras, disse que espera elementos suficientes para definir se federaliza ou não a investigação do assassinato do guarda municipal Marcelo Arruda, tesoureiro do PT em Foz do Iguaçu (PR), cometido pelo policial penal bolsonarista Jorge Guarinho. A declaração foi feita após reunião dele com a presidente do partido, Gleisi Hoffmann, e outros 15 parlamentares de oposição.

“Precisamos obter a conclusão do inquérito para analisar se há ou não possibilidade técnica para fazer o requerimento de federalização. Lembrando que há precedentes, que houve requerimentos antecipados e que não houve êxito nesses requerimentos feitos ao STJ (Superior Tribunal de Justiça)”, ressaltou. Para que a Polícia Federal assuma o comando das apurações, a PGR tem de fazer o pedido à Corte.

Aras acredita que o inquérito será concluído até a próxima terça-feira. A partir daí, poderá se manifestar sobre a responsabilidade da apuração. “É preciso entender, especialmente, a motivação, as circunstâncias, para ver se os fatos atraem a competência da Justiça Federal”, frisou.

Na reunião, Aras destacou que se deve respeitar a atribuição de cada instituição. “A força do Estado está nas instituições atuarem dentro de suas atribuições e dentro dos limites estabelecidos pela Constituição e pelas leis. E o Ministério Público ratifica seu compromisso com o ordenamento jurídico brasileiro”, destacou.

O PT e partidos de oposição apresentaram, no encontro, um pedido de providências sobre os casos de violência política no país e mostraram um relatório da escalada do ódio por conta da polarização política. As siglas sustentam que a discussão sobre o assassinato de Arruda deve ser federal por se tratar de um crime político (**leia Entenda o caso**). Eles ainda destacam que o presidente Jair Bolsonaro (PL) incita o comportamento hostil dos apoiadores.

“Violência política dentro do atual contexto marcado pela intolerância — incentivado pelo presidente da República, Jair Bolsonaro, e seus apoiadores. Nesse sentido, não se pode ignorar que o agressor agiu, exclusivamente, por convicções ideológicas — quicá incentivado por falas que já prenunciaram o objetivo de ‘metralhar a petralhada’ —, até porque sequer conhecia a vítima”, escreveram.

O documento é assinado por

## Bolsonaro critica agressão a assassino

» INGRID SOARES

O presidente Jair Bolsonaro (PL) afirmou, ontem, que antes da morte do guarda municipal e tesoureiro do PT em Foz do Iguaçu (PR), Marcelo Arruda, houve um conflito entre ele e o policial penal federal Jorge José da Rocha Guarinho. Ele ainda criticou os convidados da vítima que estavam na festa de aniversário, dizendo que “petistas encheram a cara do atirador de chutes”.

“Grande parte da imprensa mostrou o tiroteio dentro do recinto, mas não mostrou o que aconteceu lá fora. Nada justifica a troca de tiros. Nada justifica. Mas lá fora está sendo concluída a investigação pela Polícia Civil. Talvez conclua hoje (ontem), talvez tenha uma coletiva, para a gente ver que teve problema lá fora”, ressaltou,

LeoBark/Secom/MPF



Integrantes de partidos da oposição entregaram a Aras o pedido para que a PGR federalize as apurações

### Entenda o caso

#### A barbárie

Na noite do último sábado, o guarda municipal Marcelo Arruda, tesoureiro do PT em Foz do Iguaçu (PR), comemorava seu aniversário de 50 anos na Associação Esportiva Saúde Física Itaipu. A festa tinha temática do partido, com bandeiras e camisas que estampavam o rosto do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, pré-candidato à Presidência.

De acordo com o boletim de ocorrência, Jorge José da Rocha Guarinho, agente penitenciário federal bolsonarista — que

era desconhecido dos convidados —, havia interrompido a comemoração e ameaçado os presentes com uma arma na mão momentos antes do crime, por volta de 23h20.

Conforme descrito na ocorrência, ele chegou ao local em um carro branco, acompanhado de uma mulher com uma criança no colo. Ao descer do veículo, se dirigiu aos presentes, dizendo aos gritos: “Aqui é Bolsonaro”.

Guarinho deixou o local e, 20 minutos depois, retornou sozinho. Foi recebido por Arruda e pela esposa, a policial civil Pamela Suellen Silva. O casal se

identificou como agentes de segurança pública. O guarda municipal sacou a arma ao mostrar o distintivo. Nesse momento, conforme o registro policial, Guarinho efetuou os dois primeiros disparos, acertando a vítima. Imagens de uma câmera de segurança mostram quando Arruda, mesmo ferido e já caído, dispara três vezes contra o agente penitenciário. Imagens das câmeras de segurança mostram que pelo menos duas pessoas chutaram a cabeça do atirador. O assassino está internado e teve a prisão preventiva decretada.

#### Desconhecidos

Em depoimento na segunda-feira, a mulher de Guarinho disse que o marido frequentava de forma recorrente o clube em que aconteceu o crime e que, no sábado, ele estava fazendo uma ronda na área, prática comum entre membros da associação. A esposa negou que eles conhecessem qualquer familiar ou a vítima. As informações foram passadas à RPC — afiliada da Globo no Paraná — pelo promotor responsável pelo caso, Tiago Lisboa.

Segundo a Polícia Civil do Paraná, já foram ouvidas no inquérito nove pessoas, entre testemunhas que estavam no local e familiares do atirador. Um dos depoimentos, ontem, foi o de Pamela Suelen da Silva, mulher de Arruda. Antes da oitiva, ela disse à RPC que não tinha

nada a acrescentar além do que já se sabe. “Vamos falar a verdade, para que as coisas fiquem claras, porque, mais claras do que estão, acho impossível. Só para não distorcer nada do que aconteceu”, observou.

Filho do guarda municipal, Leonardo Miranda de Arruda desmentiu a versão de que o pai teria arremessado uma pedra contra o carro de Guarinho. “O cara (assassino) fez, a princípio, a menção de que estava armado. Meu pai, na primeira reação, pegou um punhado de terra e ‘tacou’ nele. Ao contrário do que as pessoas estão dizendo, não era uma pedra ou um copo de cerveja, mas um punhado de terra”, ressaltou, em vídeo exibido pela Globo News.

\*Estagiário sob a supervisão de Cida Barbosa

Evaristo Sá



Bolsonaro: “O pessoal da festa, petistas, encheram a cara dele de chutes”

dois irmãos de Arruda — Luís e José, apoiadores de Bolsonaro. O emissário do Palácio do Planalto foi o deputado Otoni de Paula (MDB-RJ) e, durante a conversa, o presidente procurou se esquivar da acusação de estimular a violência que culminou no assassinato do dirigente petista.

Luiz concordou com Bolsonaro, criticou os partidos de esquerda, explicou que não gostaria de

ver o episódio ser explorado politicamente pelo PT e disse não gostar da presidente do partido, deputada Gleisi Hoffmann (PR), que compareceu ao velório de Marcelo.

A viúva do dirigente petista, Pamela Suellen da Silva, criticou o contato de Bolsonaro com os irmãos do marido — com os quais não teria proximidade. Segundo ela, não recebeu do presidente qualquer gesto de solidariedade.

### NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



luizazedo.df@dabr.com.br



## “Orçamento secreto” é moeda de troca eleitoral

O Congresso aprovou, ontem, a Lei Orçamentária de 2023, cujo montante chega a R\$ 19 bilhões, já são moeda de troca na eleição da nova Mesa da Câmara, na próxima legislatura. Lira se movimentava como candidato à reeleição em 2023; o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, como bom mineiro, ainda não abriu o jogo. No momento, as emendas do relator são uma dor de cabeça para o senador mineiro, por causa de um “sinceridismo” do senador Do Val, que admitiu ter recebido R\$ 50 milhões em emendas, que destinou ao seu estado, por ter votado a favor da eleição de Pacheco, por influência do ex-presidente do Senado Davi Alcolumbre (União Brasil).

A oposição tentou impedir a aprovação da medida, por considerar que o texto amplia o sigilo do “orçamento secreto”. Votaram contra a medida 110 deputados de PT, PSB, PCdoB, PSol, Rede e Novo. Em 2020 e 2021, apenas 1,8% de todo o recurso destinado às emendas de relator foi de autoria da oposição.

O “orçamento secreto” desequilibra o jogo entre o Centrão e a oposição, que acaba isolada, porque os recursos estão sendo diretamente destinados às bases eleitorais dos parlamentares que fizeram as indicações. É um mecanismo de blindagem para quem já tem mandato, contra os pretendentes de seus próprios partidos que não controlam esses recursos, na negociação do apoio de prefeitos, vereadores e deputados estaduais. Do ponto de vista da legislação eleitoral, é uma excrescência, porque significa a volta ao clientelismo, quicá à formação de caixa dois eleitoral.

Esse desequilíbrio é ainda maior porque o fundo eleitoral somente começará a ser distribuído quando tiver início a campanha eleitoral oficialmente. O Tribunal Superior Eleitoral (TSE), por meio da Portaria nº 579/2022, determinou o valor a que cada partido político terá direito na distribuição dos R\$ 4,9 bilhões do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC). É a maior soma de recursos já destinada ao Fundo desde a criação, em 2017, e foi distribuído entre os 32 partidos políticos registrados no TSE com base em critérios específicos. O Partido Novo (Novo) renunciou ao repasse dos valores, sua cota será revertida ao Tesouro Nacional.

O União Brasil, resultante da fusão do Democratas (DEM) com o Partido Social Liberal (PSL), receberá o maior montante, com mais de R\$ 782 milhões. Em seguida, estão o Partido dos Trabalhadores (PT), com pouco mais de R\$ 503 milhões; o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), com R\$ 363 milhões; o Partido Social Democrático (PSD), com R\$ 349 milhões; e o Progressistas, com aproximadamente R\$ 344 milhões. Juntas, essas cinco legendas respondem por 47,24% dos recursos distribuídos.

Os recursos do Fundo Eleitoral ficarão à disposição do partido político somente depois de a sigla definir critérios para a distribuição dos valores. Esses critérios devem ser aprovados pela maioria absoluta dos membros do órgão de direção executiva nacional e precisam ser divulgados publicamente. As federações partidárias são tratadas como um só partido também no que diz respeito ao repasse e à gestão dos recursos públicos destinados ao financiamento das campanhas eleitorais. Três federações partidárias estão aptas a participar das eleições gerais de outubro: Federação PSDB Cidadania, integrada pelo Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB) e pelo Cidadania; Federação PSol Rede, que reúne o Partido Socialismo e Liberdade (PSol) e a Rede Sustentabilidade; e Federação Brasil da Esperança (FE Brasil), integrada pelo Partido dos Trabalhadores (PT), Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e Partido Verde (PV).

#### Fundo eleitoral

Esse desequilíbrio é ainda maior porque o fundo eleitoral somente começará a ser distribuído quando tiver início a campanha eleitoral oficialmente. O Tribunal Superior Eleitoral (TSE), por meio da Portaria nº 579/2022, determinou o valor a que cada partido político terá direito na distribuição dos R\$ 4,9 bilhões do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC). É a maior soma de recursos já destinada ao Fundo desde a criação, em 2017, e foi distribuído entre os 32 partidos políticos registrados no TSE com base em critérios específicos. O Partido Novo (Novo) renunciou ao repasse dos valores, sua cota será revertida ao Tesouro Nacional.

O União Brasil, resultante da fusão do Democratas (DEM) com o Partido Social Liberal (PSL), receberá o maior montante, com mais de R\$ 782 milhões. Em seguida, estão o Partido dos Trabalhadores (PT), com pouco mais de R\$ 503 milhões; o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), com R\$ 363 milhões; o Partido Social Democrático (PSD), com R\$ 349 milhões; e o Progressistas, com aproximadamente R\$ 344 milhões. Juntas, essas cinco legendas respondem por 47,24% dos recursos distribuídos.

Os recursos do Fundo Eleitoral ficarão à disposição do partido político somente depois de a sigla definir critérios para a distribuição dos valores. Esses critérios devem ser aprovados pela maioria absoluta dos membros do órgão de direção executiva nacional e precisam ser divulgados publicamente. As federações partidárias são tratadas como um só partido também no que diz respeito ao repasse e à gestão dos recursos públicos destinados ao financiamento das campanhas eleitorais. Três federações partidárias estão aptas a participar das eleições gerais de outubro: Federação PSDB Cidadania, integrada pelo Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB) e pelo Cidadania; Federação PSol Rede, que reúne o Partido Socialismo e Liberdade (PSol) e a Rede Sustentabilidade; e Federação Brasil da Esperança (FE Brasil), integrada pelo Partido dos Trabalhadores (PT), Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e Partido Verde (PV).